

ATA DA 2^a REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIRETÓRIO DO COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DOIS RIOS, realizada no dia vinte e um de maio de dois mil e vinte e cinco através, de videoconferência entre os participantes (Reunião Não Presencial). Aos vinte e um dia de maio de dois mil e vinte e cinco, com a presença de seis membros do Diretório Colegiado, e cinco membros do escritório local (secretaria executiva), teve início a reunião presidida pelo Sr. André Bohrer (Agevap UD3), com a seguinte ordem do dia: 1) Aprovação da ata da 1^a ROD - Conjunta GA CG+PB (17/03/25); 2) Discussão sobre ajustes no PAP; 3) Sugestão de pauta para o Plenário; 4) APA Mananciais do Paraíba do Sul; 5) Expansão da Rede de Monitoramento do Inea na RH-VII; e 6) Avaliação da proposta de alteração de cláusulas no CG 069/2022; e 7) Informes dos projetos técnicos. O Sr. André Bohrer (Agevap UD3) deu início a reunião com a discussão dos itens na seguinte ordem: **ITEM 1 - Aprovação da ata da 1^a ROD - Conjunta GA CG+PB (17/03/25);** - Atas aprovadas por unanimidade, após confirmação de leitura prévia pelos membros presentes e nenhuma manifestação de rejeição ou de necessidade de correção. **ITEM 2 - Discussão sobre ajustes no PAP** - O Sr. André Bohrer (AGEVAP UD3) passou a palavra para a Sra. Ingrid Delgado (AGEVAP SEDE), que iniciou apresentando uma proposta de realocação orçamentária com foco no exercício de 2026. A proposta visa incluir no PAP vigente (2024–2026) recursos financeiros destinados à realização da primeira revisão do Plano de Bacia Hidrográfica e à contratação da etapa político-institucional do enquadramento dos corpos hídricos. Essas ações são previstas no plano de bacia e fazem parte do ciclo de revisão periódica a cada cinco anos, sendo essencial sua realização para garantir a continuidade e efetividade da implementação do plano. A proposta apresentada não altera o valor total do PAP, tratando-se apenas de uma redistribuição de recursos entre agendas. Para viabilizar a inclusão dessa nova ação no PAP 2026, propôs-se a realocação de recursos originalmente alocados na Agenda 6, voltada à comunicação e educação ambiental — mais especificamente na ação que trata do projeto Agente das Águas — para a Agenda 1, referente à gestão dos recursos hídricos. Justificou-se a escolha da Agenda 6 por já possuir recursos suficientes para atender às ações planejadas, além de o projeto citado ter contrato vigente até 2027, com recursos já garantidos para seu funcionamento, o que elimina a necessidade de novos aportes em 2026. A nova ação a ser inserida trata da realização de atualizações periódicas do plano de bacia, conforme previsto na estrutura original do documento, e sua inclusão permitirá a contratação dos estudos necessários em tempo hábil, considerando os prazos para tramitação interna, aprovação em plenário e envio à instância estadual. A proposta foi considerada tecnicamente viável, alinhada ao planejamento estratégico e não traz prejuízo às demais ações do comitê, tendo sido bem recebida pelos membros presentes. **ITEM 3 - Sugestão de pauta para o Plenário;** - O Sr. André Bohrer deu continuidade apresentando uma solicitação feita por representantes da APA Federal Mananciais da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul que manifestaram interesse em realizar uma apresentação institucional durante uma das reuniões plenárias do Comitê. O contato foi feito diretamente com a diretoria, sendo comunicado que o objetivo da participação seria promover uma apresentação sobre as ações da APA, considerada importante por sua relevância histórica e pela contribuição ao entendimento das atividades desenvolvidas no território de atuação do Comitê. A proposta foi bem recebida pelos membros da diretoria, sendo aprovada de forma consensual, sem objeções manifestadas. A inclusão desse ponto na pauta do plenário, no entanto, dependerá da definição de disponibilidade por parte dos responsáveis pela APA, uma vez que inicialmente foi informado a eles que a reunião ocorreria em junho de forma presencial. Posteriormente, a

diretoria optou por realizar a plenária de junho em formato virtual, em virtude da realização de um evento do enquadramento, este sim com exigência de participação presencial, previsto para o dia 24. Diante disso, a definição da data da apresentação da APA ficou em aberto, sendo condicionada à confirmação da própria equipe da APA sobre a viabilidade de participação na reunião virtual de junho ou, se necessário, sua postergação para a reunião de setembro, que provavelmente será realizada de forma presencial. Foi reforçado que, apesar da diretoria também tratar de pautas e comunicações por meios informais como o WhatsApp, no caso específico da solicitação da APA tratava-se de uma relação institucional, razão pela qual houve a necessidade de formalizar a deliberação em ata, garantindo o devido registro oficial. **ITEM 4 - APA Mananciais do Paraíba do sul;** – O Sr André Bohrer prosseguiu na discussão referente a solicitação feita por representantes da APA Mananciais do Paraíba do Sul, que manifestaram interesse em realizar uma apresentação institucional no âmbito do Comitê. A solicitação foi recebida previamente pela diretoria e trata-se de uma iniciativa da APA para compartilhar informações sobre suas ações e atividades, o que foi considerado relevante e oportuno pelos membros presentes, dado o caráter histórico e estratégico da atuação da APA na região. Não houve objeções à inclusão do tema, sendo o encaminhamento aprovado consensualmente pela diretoria. A apresentação será incluída como ponto de pauta em uma das próximas plenárias, com a data ainda a ser confirmada pela própria APA, que está avaliando sua disponibilidade em função do formato da reunião. Inicialmente, a equipe da APA havia solicitado a inclusão para a plenária de junho, prevista para ocorrer presencialmente. No entanto, em virtude da realização do evento de enquadramento, que ocorrerá no dia 24 e exige participação presencial, decidiu-se alterar a plenária de junho para o formato virtual. Diante disso, foi informado à APA sobre a mudança, e a diretoria aguarda agora a definição por parte da equipe quanto à viabilidade de participação em junho, de forma virtual, ou se preferem aguardar até a plenária de setembro, que provavelmente será realizada presencialmente. **ITEM 5- Expansão da Rede de Monitoramento do Inea na RH-VII;** – O Sr. André Bohrer (Agevap/UD3) passou a palavra para a Sra. Cinthia Avellar (INEA), que iniciou esclarecendo que o projeto apresentado contempla, em um primeiro momento, o monitoramento quantitativo em tempo real do nível dos rios, mas reconhece-se o interesse do comitê em integrar também o monitoramento da qualidade da água. Ressaltou, no entanto, que os custos envolvidos, especialmente na manutenção de estações com missão crítica (que operam de forma contínua e com alta confiabilidade), são elevados e superam a capacidade orçamentária do comitê, classificado como de baixa arrecadação. Como alternativa, foi sugerida a submissão de projeto complementar ao FECAM para viabilizar a composição de recursos. Embora esta tenha sido a primeira reunião formal sobre o tema, outras discussões estão previstas para amadurecer a proposta. Está previsto o envio de materiais complementares, como planilhas e mapas com os pontos existentes e os propostos para expansão, visando auxiliar na priorização e na análise de viabilidade. Durante o debate, os membros do comitê destacaram a importância de integrar os dados de quantidade e qualidade, com foco em pontos que apresente sinergia entre os dois tipos de monitoramento. Solicitou-se que o INEA identifique quais pontos da proposta já contam com algum tipo de monitoramento qualitativo, como análises laboratoriais regulares, e que trabalham apenas com sondas de parâmetros básicos. Também foi apontada a possibilidade de inclusão de novos pontos de interesse do comitê que ainda não tenham sido considerados. A viabilidade financeira foi uma preocupação constante. Além das estações com missão crítica, foram apresentadas alternativas mais acessíveis, como estações convencionais com menor frequência de coleta e manutenção mais simples, cujo

custo anual gira em torno de 10% do valor das mais avançadas. Para regiões como o Noroeste Fluminense, onde as cheias ocorrem de forma mais gradual, o uso de equipamentos com menor intervalo de coleta pode ser suficiente, o que também reduz os custos. Os membros também ressaltaram a importância de envolver a Defesa Civil na priorização de pontos estratégicos, reforçando a necessidade de integração entre as demandas técnicas e operacionais locais. O INEA foi solicitado a encaminhar, além da lista de pontos, os respectivos custos por tipo de estação (expansão, modernização e manutenção), para que o comitê possa avaliar o que é possível financiar. Sobre a integração entre monitoramentos, foi questionada a possibilidade de realizar coletas qualitativas durante as visitas de manutenção das estações. Cíntia explicou que, embora já tenha sido tentado no passado, a sobreposição de rotinas mostrou-se inviável devido à diferença de demandas técnicas e operacionais entre as equipes. Entretanto, a logística de transporte de amostras pode ser resolvida com maior facilidade; o principal desafio permanece sendo o custo das análises laboratoriais. Ao final, ficou acordado que a representante do INEA enviará todas as informações solicitadas com clareza e detalhamento, para que o comitê analise internamente e defina prioridades, inclusive em consulta com a Defesa Civil. A reunião foi encerrada com agradecimentos à participação da Sra. Cinthia e o compromisso de manter o diálogo para construção conjunta da proposta. **ITEM 6 - Avaliação da proposta de alteração de cláusulas no CG 069/2022**

- Durante a discussão do item 6 da pauta, foi realizada uma avaliação da proposta de alteração de cláusulas do Contrato de Gestão CG 069/2022, a partir de uma convocatória recebida do Fórum Fluminense de Comitês de Bacia Hidrográfica. Essa convocatória incluía como ponto de pauta a discussão sobre modificações nas cláusulas do contrato de gestão, que está previsto para ser renovado ainda este ano. A diretoria foi representada na reunião por um de seus membros, que trouxe as informações para debate interno, considerando a relevância e a sensibilidade dos temas propostos. Dois pontos principais foram destacados como centrais na proposta de alteração: o primeiro diz respeito à possibilidade de representantes de instituições que integram os comitês de bacia celebrarem contratos com a entidade delegatária, no caso, a AGEVAP, para execução de deliberações aprovadas pelos próprios comitês. A cláusula vigente veda essa prática, com o objetivo de evitar conflitos de interesse, uma vez que essas instituições participam das decisões que definem as contratações. A proposta em discussão sugere a exclusão ou flexibilização dessa vedação, o que foi considerado preocupante pela diretoria, por abrir margem para atuação em causa própria dentro dos comitês. Foi relatado que outros comitês do estado demonstraram apoio à alteração, enquanto outros manifestaram-se contrários, apontando os mesmos riscos percebidos por esta Diretoria. O segundo ponto abordado refere-se ao limite de recursos destinados ao custeio das atividades da entidade delegatária. A Agência Nacional de Águas (ANA) estabelece um teto de até 15% do total arrecadado para esse fim, aplicável no estado do Rio de Janeiro. No entanto, esse limite não é obrigatório para os comitês fluminenses, como é o caso dos CBHs afluentes do Paraíba do Sul, que atualmente utilizam percentual superior a esse teto, especialmente em função de uma estrutura operacional mais enxuta e de arrecadação inferior. A proposta em debate sugere a reclassificação de algumas despesas que hoje são contabilizadas como custeio — como é o caso dos técnicos especialistas em recursos hídricos que atuam no escritório local — para a rubrica de investimento, reduzindo assim o percentual de custeio e atendendo à diretriz de limitação orçamentária. A diretoria reconheceu a complexidade dos temas e destacou que a eventual retirada ou alteração da cláusula que impede contratações com membros dos comitês exige avaliação jurídica cuidadosa, sobretudo do ponto de vista da legalidade, imparcialidade e da observância às

normas federais e estaduais que regem contratações públicas. A AGEVAP, representada na reunião, manifestou posicionamento semelhante, reafirmando a necessidade de consulta à Procuradoria do INEA e outras instâncias superiores antes de qualquer decisão. Foi informado ainda que, ao invés de firmar um novo contrato de gestão, o INEA estuda a possibilidade de promover um aditivo contratual, com o objetivo de unificar os prazos de vigência de todos os contratos de gestão do estado do Rio de Janeiro, encerrando-os simultaneamente até o final de 2027. **ITEM 7 - Informes dos projetos técnicos**- Foi informado pelo Sr. André Bohrer (Agevap UD3) o segundo informe: O Projeto Mananciais e o curso de capacitação que o comitê está financiando dentro desse projeto, está previsto para ser realizado na primeira semana de junho no auditório da universidade Estácio de Sá de Nova Friburgo-RJ e mediante a isso estará aberto a todos para a participação e foi informado aos membros que todos possuem o aval para divulgar essa capacitação a possíveis públicos-alvo **Encaminhamentos**: Inserir na pauta de Plenário a aprovação da resolução da alteração do PAP; inserir na pauta de Plenário, quando for possível, a apresentação da APA Federal Mananciais da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul. O diretório se posiciona contra a supressão do artigo existente no CG069 que previne casos de potenciais conflitos de interesse; Aprovado a iniciativa de fazer um aditivo de prazo do CG069 com objetivo de unificar os vencimentos dos CGs no estado. Esta ata foi lavrada por mim, Natalia Faria (Agevap UD3), e não havendo nada mais a tratar, foi encerrada a reunião.

Nova Friburgo, 21 de maio de 2025

Gilmara dos Santos Crespo

Diretora Presidente

Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Dois Rios

LISTA DE PRESENÇA

Membros

Gilmara Dos Santos Crespo (CSN CIMENTOS);
Ocimar Teixeira (APROJAN);
Lícius Freire (FIPERJ);
Leonardo Guedes Barbosa (GRUPO ÁGUAS DO BRASIL- (ÁGUAS DE NOVA FRIBURGO);
Péricio Eugênio Portz (CONRURAL);
Alessandra Assunção (INEA);

Convidados

Bernard Vecci (ÁGUAS DE NOVA FRIBURGO);
Vinicius Norat (CSN CIMENTOS);

Secretaria Executiva

André Bohrer (AGEVAP UD3);
Ramon Porto (AGEVAP UD3);
Maria Clara Tardin (AGEVAP UD3);
Natália Faria (AGEVAP UD3)
Ingrid Delgado Ferreira (AGEVAP SEDE);

Nova Friburgo, 21 de maio de 2025.